



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAÍBA

Ata nº 2241923 - CPAD

1. PARTICIPANTES

Presidente da CPAD: Jailson Shizue Suassuna

- Marinaldo Gonçalves de Melo Junior
- Wellington da Silva Alves
- Diana Souto Maior Porto
- Rosanne Moreira Peixoto
- Maria Carmen Coelho Freire Batista Macedo

2. ABERTURA DA REUNIÃO

A reunião foi iniciada às 09:30 do dia 13 de novembro de 2025, sob a presidência do Juiz Eleitoral Jailson Shizue Suassuna, com a presença dos membros da Comissão Permanente de Avaliação Documental (CPAD).

3. ASSUNTOS DA PAUTA

- 3.1 Arquivo Único - andamento;
- 3.2 Parecer do TSE - Proposta de Alteração da Tabela de Temporalidade do TRE;
- 3.3 homologação do processo da 1ª Campanha de Descarte Ecológico - Ano 2025;
- 3.4 Retomada da 2ª Campanha de Descarte Ecológico - Ano 2025;
- 3.5 Destinação dos Documentos Históricos provenientes das Zonas Eleitorais;
- 3.6 Visitas técnicas as Zonas Eleitorais;
- 3.7 Atendimento dos requisitos do Prêmio CNJ de Qualidade 2026.
- 3.8 Consulta do TRT23 sobre substituição de servidor arquivista por bibliotecário na CPAD – Parecer do Comitê Gestor do PRONAME / CNJ

4. DISCUSSÃO DA COMISSÃO

4.1. Arquivos Único (Processo SEI nº 0005884-69.2025.6.15.8000).

- a) Panorama atualizado do Arquivo Único;
- b) Relação das Zonas Eleitorais que enviaram os Acervos e estantes para o arquivo único (1a Fase);
- c) Cronograma da 2ª Fase da coleta dos acervos e estantes das Zonas Eleitorais.
- c) Plano de Ação - Gestão Documental: cronograma de coleta dos acervos das Zonas Eleitorais; recepção do material no arquivo único, método de trabalho utilizadas na organização; análise dos documentos históricos, distribuição de tarefas entre os membros da CPAD.

- d) Catalogação do acervo da 7ª Zona Eleitoral de Mamanguape/PB,
- e) Situação da construção predial do novo espaço para o Arquivo Único.

Durante a reunião, foi apresentado o panorama atualizado da implantação do Arquivo Único do TRE-PB, destacando-se a desocupação do galpão 03, localizado no Anexo I, e sua destinação ao arquivamento permanente dos acervos documentais das zonas eleitorais interioranas.

Foi exposto o andamento da 1ª fase de recepção dos acervos e instalação das estantes (ID SEI nº 2232864), a qual contemplou a transferência parcial dos documentos provenientes de diversas zonas eleitorais, bem como o planejamento da 2ª fase e a apresentação do novo cronograma de execução (ID SEI nº 2232867).

Considerando o expressivo volume de processos e documentos já incorporados ao Arquivo Único, aliado aos acervos ainda pendentes de recolhimento, a Comissão reconheceu a necessidade imediata de otimização do espaço físico disponível nas estantes.

Com essa finalidade, foi instituída uma força-tarefa voltada à triagem e eliminação de processos administrativos e documentos administrativos provenientes das zonas eleitorais, cujos prazos de guarda encontram-se expirados, em conformidade com a Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos vigente e as normas aplicáveis à gestão documental da Justiça Eleitoral.

A catalogação individualizada dos processos administrativos e judiciais da 9ª Zona Eleitoral de Mamanguape está sendo executada por membros da CPAD, conforme programação previamente estabelecida.

Foi, informado, ainda, a autuação do processo referente à construção do novo espaço destinado ao Arquivo Único, com vistas à ampliação e modernização das instalações arquivísticas.

Deliberações: Aprovar o cronograma atualizado de recepção e organização dos acervos; Determinar a elaboração de metodologia de trabalho destinada aos membros da CPAD, com o objetivo de padronizar e orientar tecnicamente a análise dos processos e documentos recebidos das zonas eleitorais.

4.2 Proposta de Alteração da Tabela de Temporalidade do TRE (Processo SEI 0005814-52.2025.6.15.8000).

Foi apresentada à Presidência do TRE-PB a proposta de alteração da Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos – TTD do TRE-PB, elaborada pela Comissão Permanente de Avaliação Documental – CPAD, com o objetivo de promover a atualização dos prazos de guarda e das destinações finais de classes documentais relacionadas à atividade-fim desta Justiça Eleitoral.

A proposta foi aprovada e, em seguida, encaminhada ao Comitê de Gestão Documental da Justiça Eleitoral, no âmbito do Tribunal Superior Eleitoral – TSE, por meio do Ofício SEI nº 2175424, para análise e manifestação técnica.

Em parecer exarado pela Coordenadora da CIARQ/TSE (ID SEI nº 2213907), foi consignado que a matéria não comporta deliberação isolada pelo TRE-PB, por envolver alteração de temporalidade e destinação de autos judiciais, o que exige tratamento uniforme e decisão colegiada no âmbito da Justiça Eleitoral.

Ressaltou-se, ainda, que a temática relativa à temporalidade dos autos judiciais encontra-se em exame no Processo Administrativo TSE nº 0600168-75.2022.6.00.0000, sob a relatoria da Ministra Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, cuja decisão possuirá caráter vinculante para todos os Tribunais Regionais Eleitorais.

Diante desse contexto, reconheceu-se a perda superveniente do objeto do presente processo, impondo-se o arquivamento dos autos, sem prejuízo de reavaliação futura, caso necessário, após a deliberação definitiva do TSE, e mediante observância integral dos requisitos técnicos e normativos aplicáveis à gestão documental.

Deliberações: Reconhecer o **arquivamento** dos autos da proposta de alteração da TTD por perda superveniente do objeto.

4.3 1ª Campanha de Descarte Ecológico - Ano 2025 (0008874-04.2023.6.15.8000).

Foi registrada a **conclusão exitosa** da 1ª Campanha de Descarte Ecológico – 2025, que contemplou o recolhimento e eliminação sustentável de documentos e materiais inservíveis (2164946), em conformidade com a Resolução CNJ nº 324/2020 e as boas práticas de gestão ambiental institucional.

Deliberação: A Comissão homologou a conclusão da 1ª Campanha de Descarte Ecológico – 2025.

4.4 Retomada da 2ª Campanha de Descarte Ecológico - Ano 2025 (0006068-25.2025.6.15.8000)

Com o recebimento dos acervos permanentes das zonas eleitorais no Arquivo Único do TRE-PB, constatou-se que diversas unidades já haviam iniciado o procedimento de eliminação de documentos, relativos a processos e expedientes cujos prazos de guarda estavam expirados, como Listas de Eliminação e Editais de Ciência previamente publicados, ainda pendentes de conclusão.

Em razão da implantação do Arquivo Único e da execução do cronograma de recolhimento do acervo previamente estabelecido, as zonas eleitorais encaminharam, de forma separada, os documentos e processos passíveis de eliminação, de modo a viabilizar a continuidade do procedimento para que a eliminação final seja efetivada sob supervisão da CPAD, consolidando, assim, a 2ª Campanha de Descarte Ecológico - Ano 2025 de eliminação controlada.

Deliberações: Aprovar a retomada da 2ª Campanha de Descarte Ecológico – 2025, com base na consolidação do acervo destinado à eliminação; Recomendar à SEDOC a execução do plano de ação com cronograma detalhado, priorizando os acervos já triados e aptos à destinação final; Determinar a ampla divulgação institucional da iniciativa, ressaltando seu caráter sustentável, ecológico e de gestão responsável do patrimônio documental da Justiça Eleitoral.

4.5 Destinação dos Documentos Históricos provenientes das Zonas Eleitorais

(<https://www.tre-pb.jus.br/imagens/fotos/tre-pb-encontra-documentos-historicos-de-1905-em-arquivo-da-44a-zona-eleitoral-1/@@images/1413220a-3e75-4206-a36c-53e3f1cb63af.jpeg>).

A Comissão tomou conhecimento do recebimento, no contexto dos acervos transferidos pelas zonas eleitorais, de documentos e materiais de reconhecido valor histórico e permanente, cuja preservação representa importante contribuição para a memória institucional e para a história da Justiça Eleitoral no Estado da Paraíba.

Tais documentos, identificados em conformidade com as diretrizes da Resolução CNJ nº 324/2020, da Resolução TRE-PB nº 20/2024 e do Manual de Gestão Documental do Poder Judiciário, serão devidamente catalogados, digitalizados e preservados no Repositório Arquivístico Digital Confiável (RDC-Arq), assegurando sua autenticidade, integridade e acesso público controlado.

Após a conclusão desse processo técnico, será realizada a transferência formal dos documentos de valor histórico ao Memorial do TRE-PB, órgão responsável pela guarda, preservação e difusão do patrimônio histórico e cultural desta Corte Eleitoral.

Deliberações: Apresentar os documentos históricos ao Exmo. Desembargador Presidente desta Corte e sugerir que à Assessoria de Comunicação a realização de cerimônia simbólica de entrega dos documentos históricos, com o objetivo de ressaltar o compromisso institucional com a preservação da memória e o fortalecimento da identidade histórica da Justiça Eleitoral Paraibana. Recomendar que a transferência formal desses documentos ao Memorial do TRE-PB ocorra somente após a conclusão integral das etapas de catalogação e digitalização.

4.6 Visitas técnicas as Zonas Eleitorais (0004756-14.2025.6.15.8000)

Em decorrência da efetiva transferência integral do acervo das Zonas Eleitorais de Bananeiras e Santa Rita/PB, restou esvaziada a finalidade que originou a proposição de atuação da Seção de Documentação – SEDOC no sentido de proceder à análise, classificação e separação de documentos e processos administrativos passíveis de eliminação naquelas Unidades Eleitorais.

Considerando os princípios da eficiência administrativa e da economia processual, bem como o disposto no art. 485, inciso VI, do Código de Processo Civil, aplicado por analogia à seara administrativa, constata-se a perda superveniente do objeto, tendo em vista que as medidas inicialmente

pretendidas tornou-se desnecessária diante da nova política institucional de gestão documental implementada com o Arquivo Único.

Deliberações: Declarar a perda superveniente do objeto com o encerramento destes autos, sem prejuízo de novas iniciativas que se façam necessárias no âmbito do processo de consolidação do Arquivo Único.

4.7 Atendimento dos requisitos do Prêmio CNJ de Qualidade 2026.

A SEDOC apresentou os quesitos relacionados à Gestão Documental e de Memória exigidos no Prêmio CNJ de Qualidade – 2026, destacando a necessidade de comprovação do cumprimento do art. 9º, VII, da Resolução CNJ nº 324/2020, mediante a publicação e disponibilização de editais de eliminação no Diário Oficial e no portal institucional do TRE-PB.

Foi ressaltado que, nas últimas edições, inclusive do ano 2025 (0011642-63.2024.6.15.8000) os critérios se mantiveram estáveis, o que permite o aperfeiçoamento contínuo das comprovações e evidências para pontuação máxima no eixo “Gestão Documental”.

SJ/CGI	6) Cumpre com o disposto no art. 9º, VII (Gestão de Memória e de Gestão Documental, Resolução CNJ n. 324/2020)?*
	6.1 Anexe da cópia da publicação do extrato de pelo menos dois editais de eliminação em diário oficial do órgão (Anexo E do Manual de Gestão Documental do Poder Judiciário):*
	Tamanho máximo: 50MB
	6.2 Informe os links do Portal do órgão com de acesso ao inteiro teor de pelo menos dois editais de eliminação , contendo, no mínimo, a listagem e os anexos D e F do Manual de Gestão Documental do Poder Judiciário:*

Deliberações: Aprovação do resultado Prêmio CNJ de Qualidade 2025 e recomendação à SEDOC a atualização dos links e arquivos comprobatórios no portal institucional; consolidar os editais e certidões de eliminação como evidências para o Prêmio CNJ 2026; encaminhar à CGI/SJI relatório técnico consolidado, demonstrando o cumprimento integral dos requisitos da Resolução CNJ nº 324/2020.

4.8 Consulta do TRT23 sobre substituição de servidor arquivista por bibliotecário na CPAD – Parecer do Comitê Gestor do PRONAME / CNJ (0007433-17.2025.6.15.8000)

A Comissão tomou conhecimento do teor do Parecer aprovado pelo Comitê Gestor do PRONAME (Programa Nacional de Gestão Documental e Memória do Poder Judiciário – CNJ), relativo à dúvida suscitada pelo Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região (TRT23), encaminhada por meio do Ofício n. 028/2023/TRT/DG/GP, que questionava a possibilidade de substituição de servidor graduado em Arquivologia por servidor com formação em Biblioteconomia para fins de composição da Comissão Permanente de Avaliação Documental – CPAD, nos termos da Resolução CNJ n. 324/2020.

Segundo o parecer do Comitê, aprovado em 13 de agosto de 2024, a substituição não é admitida, uma vez que o profissional arquivista é essencial e insubstituível na composição da CPAD, em razão de suas competências específicas no campo da gestão documental, da avaliação e da destinação final de documentos, elementos estruturantes da política arquivística e dos instrumentos técnicos previstos na Resolução CNJ n. 324/2020.

O Comitê enfatizou que a ausência de servidor arquivista na CPAD configuraria lacuna técnica incompatível com a natureza das atribuições da Comissão, especialmente por se tratar do profissional responsável pela aplicação das normas e instrumentos de classificação, avaliação e eliminação de documentos orgânicos das áreas administrativa e judiciária.

Em sequência, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), por intermédio da Coordenadoria de Gestão da Informação e Memória do Poder Judiciário, aprovou o parecer e determinou sua divulgação nacional, estendendo o entendimento a todos os tribunais e conselhos do Poder Judiciário, em razão da repercussão geral da matéria e da necessidade de uniformização interpretativa no âmbito do Sistema Nacional de Gestão Documental e Memória (Proname).

Durante a reunião, os membros da CPAD do TRE-PB destacaram a relevância da decisão do CNJ para a padronização da composição técnica das CPADs e para o fortalecimento da atuação profissional dos arquivistas no Poder Judiciário. Ressaltou-se que o posicionamento do CNJ reforça a importância de observância estrita à **formação técnica específica** exigida pela Resolução CNJ nº 324/2020, art. 19, inciso II, que prevê a presença obrigatória de profissional graduado em Arquivologia na Comissão Permanente de Avaliação Documental.

Deliberações: A CPAD Tomou ciência formal do parecer do Comitê Gestor do PRONAME e da decisão do CNJ, que vedam a substituição de arquivista por bibliotecário na composição da CPAD e determinou o registro do entendimento no âmbito da política de gestão documental do TRE-PB, para observância em futuras designações e recomposições da Comissão.

4. ENCERRAMENTO

Nada mais havendo a tratar, o Presidente agradeceu a colaboração dos membros e declarou encerrada a reunião às 10:50 horas. Eu, Diana Souto Maior Porto, lavrei a presente ata, que será assinada por todos os presentes.

JAILSON SHIZUE SUASSUNA
PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DE DOCUMENTOS



Documento assinado eletronicamente por Jailson Shizue Suassuna em 18/11/2025, às 12:55, conforme art. 1º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).

WELLINGTON DA SILVA ALVES
MEMBRO DA COMISSÃO



Documento assinado eletronicamente por WELLINGTON DA SILVA ALVES em 18/11/2025, às 13:24, conforme art. 1º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).

DIANA SOUTO MAIOR PORTO
SECRETÁRIA(O) DA COMISSÃO



Documento assinado eletronicamente por DIANA SOUTO MAIOR PORTO em 19/11/2025, às 11:06, conforme art. 1º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).

ROSANNE MOREIRA PEIXOTO
ANALISTA JUDICIÁRIO



Documento assinado eletronicamente por ROSANNE MOREIRA PEIXOTO em 19/11/2025, às 11:52, conforme art. 1º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).

MARIA CARMEN COELHO FREIRE BATISTA MACEDO
MEMBRO DA COMISSÃO



Documento assinado eletronicamente por MARIA CARMEN COELHO FREIRE BATISTA MACEDO em 27/11/2025, às 14:48, conforme art. 1º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-pb.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=2241923&crc=52EA51C2, informando, caso não preenchido, o código verificador **2241923** e o código CRC **52EA51C2**..